



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 229/2018–ML

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 36.594/2017-e

EMENTA: 1. REPRESENTAÇÃO. PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALISTAS E MÚSICOS – CHOEM/PMDF. DECISÃO Nº 5.456/2017. DEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR E OUTRAS DETERMINAÇÕES. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INOMINADO. DECISÃO Nº 5.594/2017. **DESPROVIMENTO.** DECISÃO Nº 6.057/2017. REITERAÇÃO DE DETERMINAÇÕES CONTIDAS NA DECISÃO Nº 5.456/2017. ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELA PMDF. APRESENTAÇÃO DE **NOVAS REPRESENTAÇÕES COM PEDIDOS CAUTELARES.** JUNTADA AOS AUTOS EM RAZÃO DA SIMILITUDE DA MATÉRIA ANALISADA. ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE DAS REPRESENTAÇÕES. DECISÃO Nº 69/2018. NÃO CONHECIMENTO DE ALGUMAS PEÇAS E CONHECIMENTO DAS DEMAIS. NOVA REPRESENTAÇÃO. DECISÃO Nº 372/2018. CONHECIMENTO. CAUTELAR DENEGADA. AUTORIZAÇÃO PARA ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE DE NOVAS REPRESENTAÇÕES JUNTAMENTE COM O MÉRITO DAS JÁ CONHECIDAS.

2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O **NÃO CONHECIMENTO** DAS NOVAS REPRESENTAÇÕES E A **IMPROCEDÊNCIA** DAS DEMAIS.

3. ENTENDIMENTO **PARCIALMENTE CONVERGENTE DO MPC/DF.** **CONHECIMENTO** DO OFÍCIO 5/2018-ML, COMO REPRESENTAÇÃO, E DA REPRESENTAÇÃO Nº 3/2018-DA. **NÃO CONHECIMENTO** DAS OUTRAS NOVAS REPRESENTAÇÕES E A **IMPROCEDÊNCIA** DAS JÁ CONHECIDAS. **ALERTA** À PMDF E AO IADES.

1. Tratam os autos do processo em epígrafe, originalmente, de Representação (e-DOC 1F31CED7-c) oferecida por cidadãos, com pedido de urgência, acerca de possíveis irregularidades na denegação de pedido de impugnação realizada em desfavor do edital para o Processo Seletivo destinado ao ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos – CHOEM/PMDF.

2. Em 23/1/2018, esta c. **Corte** deliberou, por intermédio da r. Decisão nº 69/2018 (e-DOC 016724D9-e), conforme a seguir:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – não conhecer das representações consubstanciadas nos e-DOCs 2DEB8F27-c e 404F4F92-c, uma vez que não atendido o pressuposto de admissibilidade previsto no inciso III do



MPCDF

Fl.
Proc.: 36594/17-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

§ 2º do art. 230 do RI/TCDF; II – **tomar conhecimento**: 1. do pedido de cópia dos documentos juntados aos autos após a Decisão n.º 6057/17, formulado por Clebson Nogueira de Oliveira, deferindo-o; 2. dos Ofícios n.ºs 4704/17 – AT/DGP e 736/2017 – AT/DGP, da PMDF, tendo por cumprida a Decisão n.º 6057/17; **3. das representações contidas nos –DOCs 05973791-c, 772ECF7E-c, FCC23190-c e F992768E-c;** III – **indeferir as cautelares requeridas**, por lhes faltarem os pressupostos do ‘fumu boni iuris’ e do ‘periculum in mora’; IV – **conceder prazo de 5 (cinco) dias à PMDF e ao Instituto Americano de Desenvolvimento - IADES, para, nos termos do art. 230, § 7º, do RI/TCDF, apresentarem os esclarecimentos pertinentes quanto ao teor das novas representações**; V – dar ciência desta decisão aos interessados, informando-os de que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas no site do Tribunal, opção ‘consulta processual’, ou mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); VI – alertar o IADES e a PMDF de que, a depender do que esta Corte de Contas vier a decidir no mérito do processo em apreço, inclusive com a possibilidade de reanálise da documentação e correção das provas discursivas dos candidatos que foram considerados inaptos por não se enquadrarem na alínea ‘c’ do subitem 3.1, se cerque de todas as cautelas devidas e necessárias para garantir o cumprimento de eventual decisão desta Corte neste sentido; VII – autorizar: 1. o encaminhamento de cópia das Representações, bem como dos documentos que lhe deram origem à PMDF e ao IADES para subsidiar o atendimento do previsto no item IV precedente; 2. **A análise da Representação originada da manifestação do MPC/DF, por meio do Ofício n.º 79/2017-DA (e-doc 58FA0ED5-e e anexo objeto do e-doc EAB788CFe), conhecida pela Decisão n.º 6057/2017, bem como das informações que lhe forem inerentes, nos autos do Processo n.º 40788/2017;** 3. o retorno dos autos à SEFIPE, para as providências de sua alçada, com a urgência que o caso requer.” (Grifos acrescidos)

3. Na última assentada sobre a matéria, o e. **Tribunal** decidiu, por meio da r. Decisão n.º 372/2018 (e-DOC D3B6244E-e), nos seguintes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) **da Representação (e-doc E53431A6-C), sem concessão de cautelar, reiterando o alerta constante do inciso VI da Decisão n.º 69/2018;** b) do Ofício n.º 350/2017-ATJ/DGP/PMDF (e-doc 8A216756-c); II - **deixar de conhecer da Representação (e-doc 3A4B9E08-c), uma vez que não atende ao pressuposto de admissibilidade previsto no inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF;** III - dar ciência desta decisão aos signatários das demandas em análise; IV - **permitir que as eventuais representações que, porventura, vierem a ser protocoladas, tenham a análise de admissibilidade efetuada em conjunto com o mérito das demais representações já conhecidas pela Corte;** V - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das medidas pertinentes.” (Grifos acrescidos).

4. Desse modo, ao compulsar os autos, o Corpo Instrutivo pronunciou-se, em sua Informação (e-DOC 8FE9472E-e) sobre a admissibilidade das novas Representações acostadas aos autos, além de examinar o mérito daquelas já conhecidas pelo e. **TCDF**, sugerindo ao e. **Plenário**, ao final:

“I – tomar conhecimento:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

- a) da Representação instrumentalizada pela Peças 117;*
b) da Representação relativa às Peças 136/137, comunicando ao Parquet que o conteúdo da peça por ele mencionado é tratado no Processo TCDF nº 40788/2017;
II – não conhecer das Representações consubstanciadas nas Peça nºs 91, 120, 123 e 133, vez que não preenchem o pressuposto de admissibilidade previsto no item III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF;
III – considerar improcedentes:
a) a Representação constante da Peça 117, comunicando ao representante que a matéria relativa à possibilidade de cadastro reserva no processo seletivo em questão é objeto do Processo TCDF nº 40788/2017, que pode ser consultado no sítio eletrônico deste Tribunal;
b) as Representações constantes das Peças 3, 52, 55, 62, 63 e 103, por insubsistência dos próprios fundamentos;
IV – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova as retificações necessárias no Edital nº 49/DGP – PMDF, de 18.08.2017, que trata do Processo Seletivo interno para o Ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos – CHOAM, para fazer constar que o requisito de possuir diploma de ensino superior deve ser comprovado no momento da inclusão no QOPMA e QOPME, nos termos do inciso II do art. 32 da Lei nº 12086/2009, adotando as medidas necessárias para garantir a aplicação do referido dispositivo;
V – autorizar a Polícia Militar do Distrito Federal que, após a adoção das medidas retro determinadas, dê prosseguimento ao referido certame com a homologação do resultado do processo seletivo objeto do Edital nº 49/DGP – PMDF, de 18.08.2017, até então suspensa pela Decisão nº 5456/2017;
VI - encaminhar cópia da decisão a ser proferida pelo TCDF aos signatários das referidas representações, bem como à Polícia Militar do Distrito Federal;
VII - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.”
(Grifos acrescidos).

5. É o breve relato dos fatos. Passo à análise do feito.
6. **Ab initio**, cumpre ressaltar que este **Parquet** de Contas possui entendimento **parcialmente convergente** com aquele albergado pelo Corpo Instrutivo. Nesse sentido, entendo ser mister perpassar o exame de cada argumento apresentado nas Representações.
7. Contudo, antes de adentrar ao exame de mérito de cada uma das peças, impende analisar, **antes**, a **admissibilidade das Representações** apresentadas após a publicação da r. Decisão nº 372/2018 (e-DOC D3B6244E-e).
8. Assim, no que tange à admissibilidade do Ofício nº 5/2018-ML (e-DOC DF80508D-e), de 24/1/2018, em que pese o posicionamento adotado pela Área Técnica pelo seu não conhecimento pelo e. **Tribunal**, com a devida vênia, **não coaduno** com tal inteligência. Explico.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

9. No sentir deste **MPC/DF**, figura **crystalino o preenchimento do pressuposto de admissibilidade** contido no inciso III do § 2º do art. 230, do RI/TCDF, utilizado pelo Corpo Instrutivo como fundamento para a sua sugestão ao c. **Plenário**.

10. A propósito, eis os exatos termos do referido dispositivo:

“Art. 230. O Tribunal receberá representações sobre ilegalidades, irregularidades ou abusos identificados no exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição ou na aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal, ou por este, mediante ajuste de qualquer natureza.

(...)

§ 2º As representações deverão atender, pelo menos, aos seguintes pressupostos de admissibilidade:

(...)

*III - apresentar o **indício** concernente à **irregularidade ou ilegalidade** identificadas, com a identificação, sempre que possível, dos **princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido**;(...)”*

(Grifos acrescidos).

11. Assim, neste momento processual, convém repisar os principais pontos do Ofício nº 5/2018-ML (e-DOC DF80508D-e) de forma a explicitar o atendimento aos requisitos da norma acima disposta.

12. No expediente supra, foi colocado, de forma expressa, que havia “**fortes indícios de que o resultado preliminar de inaptidão do candidato teria sido causado por erro exclusivo da própria instituição (...)**”. Como consequência dessa **irregularidade**, o candidato foi **impedido de recorrer dos fundamentos utilizados pela PMDF/IADES para considerá-lo inapto**, razão pela qual este Ministério Público de Contas apontou a “**violação aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal**” (grifos acrescidos), além de indicar que a não adoção da **medida de urgência** pleiteada implicaria (**potencial impacto lesivo**, nos termos do normativo em comento) em “**anuir com a irregularidade perpetrada pela instituição promotora do processo seletivo e com possível dispêndio de recursos financeiros e administrativos pela Corporação para, ulteriormente, corrigir a falha ora narrada**” (grifos acrescidos).

13. Portanto, **com a devida vênia ao entendimento contrário**, é de se verificar que o expediente em tela **cumpriu os requisitos** do dispositivo mais acima transcrito, não havendo outra conclusão possível que não seja pelo seu devido **conhecimento** por esta c. **Corte**.

14. Ultrapassada essa questão, cumpre registrar que este **Parquet** de Contas reforça que, diante da presença do **fumus boni iuris** (resultado preliminar de inaptidão do candidato causado por erro exclusivo do IADES) e do **periculum in mora** (abertura de prazo para apresentação de recurso contra o resultado preliminar da prova discursiva sem a devida conclusão da fase anterior), **a concessão da medida de urgência era, naquele momento, janeiro de 2018, medida que se impunha**, a fim de **determinar à PMDF e ao IADES que**



MPCDF

Fl.
Proc.: 36594/17-e

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA**

abrisse prazo ao candidato para que pudesse interpor recurso contra a decisão administrativa que o considerou inapto por descumprir o subitem 10.2.c do Edital regulador do processo de seleção, suspendendo, assim, o início da contagem do prazo recursal de que trata o item 2.1 do Edital nº 19/DGP – PMDF.

15. Diante do transcurso do tempo e do avanço no processo de seleção, a medida correta, aos olhos do **MPC/DF**, seria o conhecimento da peça e a abertura de prazo para que a PMDF e o IADES pudessem se manifestar sobre o seu mérito, **sem prejuízo da concessão da medida de urgência já neste momento processual.**

16. Para o **Parquet**, mostra-se evidente o descumprimento dos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Isso porque, no caso narrado, houve eliminação de candidato **sem que lhe tivesse sido garantido o direito de recorrer em face da real situação que o alijou do certame.** De acordo com o resultado preliminar, publicado no Edital nº 3-DGP/PMDF, de **9/1/2018**, com cópia anexada, o interessado foi considerado **inapto por não haver entregue a documentação relativa aos requisitos exigidos no processo seletivo.**

17. Sem embargo, a própria instituição responsável pela condução do certame, em **22/12/2017**, exarou peça em que informa que o candidato apresentou os documentos exigidos. A cópia do formulário intitulado “*Entrega da Documentação para a Comprovação de Requisitos*”, devidamente carimbado e firmado pelo representante do IADES, permite concluir que o candidato havia, de fato, entregue a documentação **exigida para avaliação.**

18. Diante de tal cenário e do comportamento contraditório da instituição, o candidato, após requerido pela Corporação, forneceu novamente a documentação. Na sequência, em **23/1/2017**, foi divulgado o **resultado final da análise da documentação comprobatória e preliminar da prova discursiva**, consoante os Editais 17 e 19/DGP – PMDF. O candidato fora surpreendido com a publicação do **resultado definitivo**, relativo à comprovação dos requisitos do **subitem 10.2**, em consta que ele havia sido considerado **inapto por não satisfazer o subitem 10.2-c¹**. Vê-se que o candidato foi alijado do processo seletivo, após a divulgação do resultado definitivo da comprovação dos requisitos previstos no item 10.2 do Edital **sem que lhe fosse garantido o direito de recorrer da decisão que contém o real fundamento de sua eliminação.**

19. Independentemente da discussão que se observa no presente Processo, relacionado ao tempo computável para fins de comprovação dos 18 anos de serviço policial militar, exigido pela Lei nº 12.086/2009, o fato que se apresenta é de **absoluto descumprimento ao rito estabelecido no próprio instrumento convocatório**, retirando do candidato a possibilidade de recorrer de uma decisão administrativa nova, diferente daquela contida no Edital nº 3/DGP – PMDF.

¹ “10.2 Os seguintes documentos deverão ser entregues pelo candidato:

(...)

c) declaração da Diretoria de Pessoal Militar comprovando o tempo de serviço na Corporação, bem como o quadro a que pertence o candidato;(...)”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

20. Tal fato, a toda evidência, causou afronta aos princípios supracitados, o que demanda a abertura imediata de prazo para o candidato a fim de possibilitá-lo a exercer o contraditório, para se dar cumprimento efetivo ao disposto no art. 5º, LV, da Lei Maior, o qual estabelece que, aos litigantes em processo **administrativo** são assegurados o **contraditório e ampla defesa**, com os meios e recursos a ele inerentes.

21. No entendimento Ministerial, ainda se mostram presentes o **fumus boni iuris e o periculum in mora**. A fumaça do bom direito, em razão da evidente afronta ao devido processo legal. O perigo da demora, por sua vez, devido à iminente possibilidade de o c. **Plenário** autorizar que a PMDF homologue o resultado do Processo de seleção, revogando a cautelar concedida por meio da r. Decisão nº 5.456/2017.

22. Esse cenário demanda, portanto, a adoção de medida de urgência pelo c. **TCDF** a fim de determinar que a PMDF e o IADES, antes da homologação do resultado final do processo de seleção, **possibilitem o exercício** da ampla defesa e do contraditório ao candidato que foi alijado do certame **sem direito a recorrer do real fundamento de sua eliminação**.

23. Quanto às demais Representações, esta Quarta Procuradoria **coaduna** com a sugestão alvitrada pela Unidade Técnica no sentido de sugerir ao e. **Plenário** deste e. **Tribunal** o **não conhecimento** das peças, à exceção da Representação nº 3/2018-DA (e-DOC B927338E-e), de lavra da d. Terceira Procuradoria, que se fundamenta nas informações fornecidas pela Deputada **Érika Kokay**, as quais já foram analisadas no âmbito do Processo nº 40.788/2017, motivo pelo qual se sugere apenas o seu **conhecimento** nestes autos.

24. Ainda, entende o Corpo Instrutivo que o ofício (e-DOC 9D2DD232-c) encaminhado pela Caixa Beneficente da Polícia Militar do Distrito Federal – CABE, muito embora possa ser conhecido pelo e. **TCDF**, “*não merece prosperar*” (grifos acrescidos), pois considera que a prorrogação do certame se insere no “*âmbito exclusivo da discricionariedade administrativa*”.

25. Nessa esteira de inteligência, muito embora a definição quanto à prorrogação da validade do processo seletivo seja um **ato eminentemente discricionário, obedecendo, portanto, aos critérios de conveniência e oportunidade** da Administração, nada obsta que a c. **Corte** possa realizar o **controle de legalidade e legitimidade** do referido ato. Trata-se, portanto, de uma discricionariedade regrada, vigiada, que **não pode ir de encontro aos princípios do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade**.

26. Assim, não é demais rememorar que a **competência, a forma e a finalidade** do ato são **elementos vinculados**, mas o mesmo não ocorre quanto ao **motivo** e ao **objeto**, os quais integram, conjuntamente, o conhecido **mérito do ato administrativo**. A propósito, de forma a aclarar a **questão**, trago à baila lição da ilustre Prof.^a **Maria Sylvia Zanella Di Pietro**² quanto à apreciação da discricionariedade pelo Poder Judiciário, especialmente em razão da similitude com a atividade de controle de legalidade/legitimidade exercido por este e. **Tribunal**:

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 25ª ed., 2012, p. 224-226.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

“Com relação aos atos discricionários, o controle judicial é possível, mas terá que respeitar a discricionariedade administrativa nos limites em que ela é assegurada à Administração Pública pela lei.

Isto ocorre precisamente pelo fato de ser a discricionariedade um poder delimitado previamente pelo legislador; este, ao definir determinado ato, intencionalmente deixa um espaço livre para a Administração Pública, legitimando previamente sua opção; qualquer delas será legal. Daí por que não pode o Poder Judiciário invadir esse espaço reservado, pela lei, ao administrador, pois, caso contrário, estaria substituindo, por seus próprios critérios de escolha, a opção legítima feita pela autoridade competente com base em razões de oportunidade e conveniência que ela, melhor do que ninguém, pode decidir diante de cada caso concreto”.

27. Nesse espeque, no sentir desta Quarta Procuradoria, é indubitável que os atos discricionários se inserem na seara de atuação desta c. **Corte de Contas, excetuando-se apenas os aspectos relacionados à conveniência e oportunidade**, os quais compõe o **núcleo do mérito administrativo**, e desde que não violem o **interesse público, a razoabilidade e a proporcionalidade**. Portanto, a análise de legalidade/legitimidade de atos discricionários submetidos ao controle deste e. **TCDF** integra o espectro de competência que lhe é constitucionalmente atribuído.

28. Assim, **caso a escolha feita pelo Administrador venha a ser considerada desarrazoada e/ou desproporcional** por este e. **Tribunal**, pode-se considerar **o ato como ilegítimo**; em outras palavras, significa dizer que **a opção ultrapassou os limites do próprio mérito do ato**, motivo pelo qual a sua **ilegalidade** deve ser declarada.

29. Contudo, **não é o que se verifica in casu**, consoante apontado pela Divisão de Atos de Admissões, posto **não haver sequer indícios das irregularidades supramencionadas**, tampouco demonstrada a **necessidade indispensável da prorrogação ou mesmo o interesse público específico na adoção de tal medida nos moldes pleiteados**.

30. De forma análoga, a referida peça sugere a criação de um cadastro de reserva, por meio da alteração do item 18.3 do Edital nº 49-DGP, **sem indicar quaisquer fatos ou fundamentos que maculem a opção feita pelo Administrador**. Assim, no entender deste **MPC/DF**, é de se pontuar que tal matéria também encontra inserida no espectro da discricionariedade daquela Corporação.

31. Desse modo, lamentando **divergir** do Corpo Instrutivo, o **Ministério Público de Contas pugna** ao c. **Plenário** deste e. **Tribunal** que **não conheça** a Representação em comento, com fulcro no art. 230, § 3º, do RI/TCDF, posto **ausente qualquer indício relativo à irregularidade ou ilegalidade dos atos identificados pela peça**.

32. Outrossim, a Unidade Técnica considera que as demais Representações acostadas aos autos *“não merecem ultrapassar a fase de admissibilidade”* por **não vislumbrar qualquer indício de irregularidade ou ilegalidade na exigência editalícia** quanto à apresentação de **documento de identidade militar original**. Ademais, os Representantes não



MPCDF

Fl.
Proc.: 36594/17-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

impugnaram, no momento oportuno, a regra estabelecida no subitem 7.3 do edital, devendo, portanto, obedecer as cláusulas descritas no citado documento, em observância ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**.

33. Por último, o Corpo Instrutivo faz menção ao aditamento (e-DOC B3D76E98-c) à Representação (e-DOC E53431A6-c), apresentada pelo mesmo autor, o qual, em apertada síntese, questiona a alteração do texto do art. 32 da Lei nº 12.086/2009 em razão de suposto prejuízo à **isonomia** entre os candidatos do certame, porquanto, no seu entender, aqueles que possuísem mais tempo de serviço na Corporação seriam beneficiados em relação aos demais pela possibilidade de concorrerem tanto pelo critério da antiguidade quanto pelo critério do mérito intelectual.

34. Aos olhos deste membro do **Parquet** especializado, não assiste razão ao Representante. A propósito, quanto à alegação da alteração malferir o **princípio da isonomia**, não é demais rememorar que as leis gozam de **presunção de constitucionalidade**, i.e., a validade das leis do Poder Público deve ser extraída ao **máximo** pelo Administrador sempre que possível, restando somente declarar a sua inconstitucionalidade quando esta for **flagrante e incontestável**, posto ser **medida excepcionalíssima** a ser adotada quando preenchidos **cumulativamente** ambos os requisitos e **não for possível se atribuir interpretação conforme a Carta Federal**, o que **não se amolda ao caso em apreço**.

35. Ademais, além de não ser possível outra interpretação, em razão do **texto expresso e cogente da norma objurgada**, este se afigura, **a priori, consentâneo** com a Constituição, motivo pelo qual **coaduno** com a sugestão da Área Técnica no sentido de **não conhecer** a referida peça, por não haver qualquer indício de irregularidade.

36. Finda a análise de admissibilidade das Representações, passo à análise de mérito dos argumentos daquelas conhecidas pelo c. **Plenário**. Para tanto, por considerar que o Corpo Instrutivo bem os resumiu em sua análise, transcrevo abaixo os seus excertos correspondentes, seguidos da manifestação deste **Ministério Público de Contas**:

“(…)

DO CONTEÚDO DAS REPRESENTAÇÕES CONHECIDAS PELO TCDF

34. Na representação inaugural dos autos (Peça 3), foram trazidos os seguintes argumentos acerca de eventuais irregularidades no processo seletivo interno para ingresso no CHOAM:

- Algumas inscrições de candidatos foram indeferidas, sob a alegação do não cumprimento de requisitos, que deveriam ser cobradas no ato de posse/nomeação do cargo em voga (Súmula 266 do STJ, art. 19 do Decreto Federal nº 6944/2009 e art. 32 da Lei nº 12086/2009);
- Assim, as exigências dos subitens 3.1 e 4.16 do edital são descabidas para a inscrição no processo seletivo e até mesmo para matrícula no CHOAM;
- Os subitens 3.4 e 10.1, 10.3, 10.4, 12.1 e 12.3.1 do edital normativo informam que a verificação do pleno atendimento às exigências elencadas no subitem 3.1 será realização após a prova objetiva e antes da convocação para correção da prova discursiva, o que contrariaria o entendimento do STJ constante da Súmula 266;



MPCDF

Fl.
Proc.: 36594/17-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

- *O Decreto Distrital nº 35926/2014 estabelece o momento da nomeação ao posto de 2º Tenente QOPMA, o que reforça que os requisitos cobrados em edital devam ser exigidos na data da nomeação e que o curso de formação faz parte do concurso por ser eliminatório;*
- *Nesse diapasão, é direito líquido e certo do candidato aprovado na prova objetiva e classificado até a 200 (ducentésima) posição, conforme subitem 3.5, a, ter sua prova discursiva corrigida;*
- *O IADES excluiu sumariamente do certame vários candidatos antes da realização da prova, sob a alegação de que não possuíam 18 anos de serviço policial militar, não atendendo ao subitem 3.1 do edital normativo;*
- *A cobrança de 18 anos de serviço policial militar para inscrição e matrícula no CHOAEM não tem nenhuma pertinência com as atribuições do posto de Oficial Administrativo, o que a torna inconstitucional;*
- *Uma pessoa de aproximadamente 20 anos de idade, com nível superior completo, já pode concorrer ao posto de 2º Tem QOPM, enquanto que a pessoa aprovada para o concurso de praça da PMDF somente terá direito de concorrer ao posto de 2º TEN QOPMA com aproximadamente 38 anos de idade, após 18 anos de serviço;*
- *Não é admissível que a idade se consubstancie em fator discriminante para provimento de funções públicas (RESP 642.008/RS);*
- *Não é a maior ou menor idade que fará o profissional um agente público eficiente;*
- *O subitem 7.3 do edital, que exige a apresentação de identidade militar original, por ocasião da realização de qualquer prova ou etapa, não pode eliminar o candidato, que pode se identificar por meio de outro documento válido;*
- *No dia 19.11.2017 (data de realização das provas), já havia outro concurso público com provas agendadas no DF: o do Tribunal Superior do Trabalho, o que violaria o art. 6º, VII, da Lei 4949/2012.*

35. *As representações relativas às Peças 52 e 55 questionam o momento da apresentação dos documentos que comprovam os requisitos exigidos pelo edital normativo. Alegam que isso não poderia ocorrer após antes da correção da prova discursiva e argumentam que os aprovados na prova objetiva devam ter as provas discursivas corrigidas.*

36. *As representações concernentes às Peças 62 e 65 questionam a não inclusão, pela PMDF, no cômputo do requisito de 18 anos de serviço policial militar, do tempo de serviço prestado pelo candidato às Forças Armadas. Trazem, em suma, os seguintes argumentos contra o entendimento da Corporação:*

- *A Lei nº 12086/2009 não define o que são ‘anos de serviço’ ou ‘tempo de serviço’, de sorte que temos que nos socorrer do Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal (Lei nº 7289/1984), que prevê que ‘anos de serviço’ é o tempo prestado na Corporação acrescido ao tempo de serviço prestado às Forças Armadas, por exemplo;*
- *O tempo de serviço prestado junto às Forças Armadas constitui em tempo de efetivo serviço, nos termos do inciso I do §1º do art. 121 do Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal, bem como de precedentes do TCDF e do TJDFT.*

37. *Já a representação consubstanciada na Peça 103, de mesma autoria da representação relativa à Peça 52, questiona também o momento da comprovação dos requisitos exigidos em edital, bem como refuta a exigência de 18 anos de tempo de serviço policial militar, alegando sua inconstitucionalidade. Traz argumentos idênticos*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

aos contidos na representação inaugural dos autos, bem como discorda das razões do veto presidencial à diminuição desse tempo para 15 anos.(...)"

37. Dos trechos destacados acima, **em consonância** com a Unidade Técnica, entendo que as Representações ora **sub examine** abordam, essencialmente, três pontos fulcrais, quais sejam: **i)** o momento para a comprovação das exigências feitas pelo item 3.1 do Edital nº 49/DGP – PMDF, de 18/8/2017; **ii)** a possibilidade do cômputo do tempo de serviço prestado às Forças Armadas como tempo “*de serviço policial militar*”; e **iii)** a alegada inconstitucionalidade do requisito de 18 anos de serviço policial militar.

38. Desse modo, quanto ao item **i**, é mister trazer à baila o teor do inciso III do art. 32 da Lei nº 12.086/2009 retrocitado, bem como dos subitens 3.1.c e 3.4 do instrumento editalício de forma a aclarar a **questão** em debate:

*“Art. 32. Para inclusão nos QOPMA, QOPME e QOPMM, o policial militar deverá:
(...)*

III - possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de serviço policial militar, até a data da inscrição do processo seletivo;(...)” (Grifos acrescidos).

“3.1 São exigências para o processo seletivo, bem como para a matrícula no CHOAM, as seguintes:

(...)

c) possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de serviço policial militar, até a data da inscrição do processo seletivo;

(...)

3.4 A verificação do pleno atendimento às exigências elencadas no subitem 3.1, letras ‘a’ e ‘f’ será feita após a realização da prova objetiva e antes da convocação para a correção da prova discursiva, em período a ser oportunamente informado.”

(Grifos acrescidos).

39. No sentir deste **Ministério Público de Contas**, diante da dicção expressa do art. 32, III, da Lei nº 12.086/2009, verifica-se que **não há o estabelecimento do momento** em que a Administração verificará o cumprimento do tempo exigido de serviço policial militar, mas tão somente que os candidatos **deverão possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de serviço policial militar, até a data da inscrição no processo seletivo**.

40. Noutro giro, constata-se que o subitem 3.4 do Edital nº 49/DGP – PMDF **regulamentou, expressamente, o período em que se daria a avaliação** do atendimento à **exigência legal em comento**, o que, no entender deste **Parquet** de Contas, **não rivaliza ou invalida** referido requisito sob qualquer aspecto; ao contrário, busca complementar a norma de forma a dar-lhe maior efetividade, em harmonia com os **princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da legalidade estrita**.

41. Desse modo, as Representações que atacaram o momento da verificação do cumprimento do disposto no art. 32, III, da Lei nº 12.086/2009 devem ser consideradas **improcedentes** neste ponto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

42. Vencida a questão relativa ao momento da verificação do requisito “*tempo de serviço policial militar*” (item i), identifico que a **alegação de inconstitucionalidade** do normativo em destaque (item iii) **tampouco merece acolhida** por este e. TCDF, pois, novamente, o **princípio da presunção de constitucionalidade das leis** (v. parágrafo 32) deve prevalecer, mormente face à **ausência dos requisitos necessários a justificar a adoção de tal medida excepcionalíssima**, a saber: flagrante e incontestável inconstitucionalidade, além da impossibilidade de interpretação conforme à Constituição Federal.

43. Com efeito, além da interpretação, **in casu**, afigurar-se **razoável e consentânea** com a Constituição, permite dar **efetividade** a tal princípio, pois privilegia a manutenção **harmônica** da norma no ordenamento jurídico.

44. Ora, as alegações sequer demonstraram, suficientemente, que outra interpretação poderia ser possível ou mais consentânea com o interesse público; ao contrário, aos olhos desta Quarta Procuradoria, **ao repetir o texto do comando normativo em tela, o Edital busca atender à exigência legal**.

45. Outrossim, o pedido de declaração de inconstitucionalidade em abstrato não se mostra possível no âmbito do c. TCDF, sob pena de usurpar a competência estatuída constitucionalmente ao Poder Judiciário.

46. Ainda, é de bom alvitre registrar que cabe ao Poder Público, guardião da ordem jurídica, sempre primar por observar o **princípio da legalidade estrita**, expressamente disposto no **caput** do artigo 37 da Carta Magna, **in litteris**:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)” (Grifos acrescidos).

47. Essa também é a orientação do ensinamento deixado pelo Prof. **Hely Lopes Meirelles** ao considerar que “*a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso*”³. É dizer, a atividade administrativa deve ser exercida em conformidade com os princípios constitucionais orientadores, dentre os quais, o da legalidade, que exige o cumprimento efetivo das normas públicas, somente tendo eficácia tal atividade se atender à Lei e ao Direito⁴.

48. Firme nestes fundamentos, entendo que se mostram **improcedentes** as Representações quanto a este ponto.

³ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 89.

⁴ Idem.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

49. No que tange à discussão envolvendo a matéria do **item ii**, tenho que a questão é solucionada pelo disposto no próprio Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal (Lei nº 7.289/1984), o qual estabelece, de forma expressa, o seguinte:

“Art 119 - Os policiais-militares começam a contar tempo de serviço na Polícia Militar a partir da data de sua inclusão, matrícula em órgão de formação de policiais-militares ou nomeação para posto ou graduação na Polícia Militar.

§ 1º - Considera-se como data de inclusão, para fins deste artigo, a do ato de inclusão em uma Organização Policial-Militar, a de matrícula em qualquer órgão de formação de Oficiais ou Praças ou a de apresentação para o serviço em caso de nomeação.

§ 2º - O policial-militar reincluído recomeça a contar tempo de serviço da data de sua reinclusão.

§ 3º - Quando, por motivo de força maior oficialmente reconhecido, decorrente de incêndio, inundação, sinistro aéreo e outras calamidades, faltarem dados para contagem de tempo de serviço caberá ao Comandante-Geral arbitrar o tempo a ser computado para cada caso particular, de acordo com os elementos disponíveis.

§ 4º - Os períodos de tempo de serviço, prestados pelas Praças, serão estabelecidos em normas baixadas pelo Comandante-Geral.” (Grifos acrescentados).

50. Ocorre que os Representantes repousam suas alegações na distinção entre as expressões “anos de serviço” e “tempo de efetivo serviço” em seu art. 120, **in litteris**:

“Art. 120. Na apuração de tempo de serviço do policial-militar será feita a distinção entre:

I - tempo de efetivo serviço; e

II - anos de serviço.”

51. Muita embora a celeuma justifique-se pela diferença tênue entre os objetos dos dispositivos supratranscritos, tal diferenciação não pode ser relevada e tampouco alterada pelo intérprete da norma. Com efeito, é cediço no âmbito jurídico o aforismo segundo o qual “*não se presumem, na lei, palavras inúteis*”⁵.

52. Nesse sentido, a opção do legislador em definir “tempo de serviço na Polícia Militar” no art. 119 e diferenciá-lo da expressão “tempo de serviço do policial-militar” utilizada no art. 120 e ss. é de extrema importância para a escoreita compreensão da real finalidade da legislação aplicável à matéria. Explico.

53. A exigência editalícia de “18 (dezoito) anos de serviço policial militar”, que repete a redação do art. 32 da Lei nº 12.086/2009, não deixa dúvidas, no sentir deste **Parquet** especializado, quanto à intenção de que o candidato possua **experiência na atividade policial-militar**, o que vai ao encontro do texto do art. 119 da Lei nº 7.289/1984.

54. Lado outro, aos olhos deste **Ministério Público de Contas**, o “tempo de serviço do policial-militar” possui um **aspecto subjetivo** que **não se confunde, necessariamente, com o tempo na Polícia Militar**. Em outras palavras, busca o legislador regulamentar o tempo de

⁵ De origem atribuída ao Direito Romano. Em latim: **verba cum effectu, sunt accipienda**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA**

serviço “da pessoa do policial militar”, contabilizando, inclusive, **atividades que não se coadunam com as de policial militar.**

55. Com efeito, o Estatuto da PMDF assim define “*tempo de efetivo serviço*” em seu art. 121, **in verbis**:

“Art. 121. Tempo de efetivo serviço é o espaço de tempo computado dia-a-dia entre a data de inclusão e a data-limite estabelecida para a contagem ou a data do desligamento em consequência da exclusão do serviço ativo, mesmo que tal espaço de tempo seja parcelado.

§ 1º Será computado como tempo de efetivo serviço:

I - o tempo de serviço prestado nas Forças Armadas ou em outras Polícias Militares;

e
II - o tempo passado dia-a-dia, nas Organizações Policiais-Militares, pelo policial-militar da reserva da Corporação, convocados para o exercício de funções Policiais-Militares.

§ 2º Não serão deduzidos do tempo de efetivo serviço, além dos afastamentos previstos no artigo 65, os períodos em que o policial-militar estiver afastado do exercício de suas funções, em gozo de licença especial.

§ 3º Ao tempo de efetivo serviço, de que tratam este artigo e seus parágrafos, apurado e totalizado em dias, será aplicado o divisor de 365 (trezentos e sessenta e cinco) para a correspondente obtenção dos anos de efetivo serviço.” (Grifos acrescidos).

56. Ainda, impende trazer à baila a definição da expressão “*anos de serviço*” segundo o referido estatuto, **in litteris**:

“Art. 122. ‘Anos de Serviço’ é a expressão que designa o tempo de efetivo serviço a que se referem o artigo 121 e seus parágrafos, com os seguintes acréscimos:

I - tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado pelo policial-militar, anteriormente à sua inclusão, matrícula, nomeação ou reinclusão na Polícia Militar;

II - tempo de serviço de atividade privada na forma da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, alterada pela Lei nº 6.864, de 1º de dezembro de 1980;

III - I (um) ano para cada 5 (cinco) anos de tempo de efetivo serviço prestado pelo Oficial do Quadra de Saúde que possuir curso universitário, até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal correspondente ao referido curso, sem superposição a qualquer tempo de serviço policial-militar ou público, eventualmente prestado durante a realização deste mesmo curso;

IV - tempo relativo a cada licença especial não gozada, contado em dobro; e

V - tempo relativo a férias não gozadas, contado em dobro.

§ 1º o acréscimo a que se refere o item I deste artigo só será computado no momento da passagem do policial-militar situação de inatividade e para esse fim.

§ 2º Os acréscimos a que se referem os itens II, III, IV e V deste artigo serão computados somente no momento da passagem do policial-militar à situação de inatividade e, nessa situação, para todos os efeitos legais, inclusive quanto à percepção definitiva da gratificação de tempo de serviço.

§ 3º O disposto no item III, deste artigo aplicar-se-á nas mesmas condições e na forma da legislação específica ou peculiar, aos possuidores de curso universitário,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

reconhecido oficialmente, que venham a ser aproveitados como Oficiais da Polícia Militar, desde que esse curso seja requisito para seu aproveitamento.

§ 4º Não é computável, para efeito algum, o tempo:

I - que ultrapassar de 1 (um) ano, contínuo ou não, em licença para tratamento de saúde de pessoa da família;

II - passado em licença para tratar de interesse particular;

III - passado como desertor;

IV - decorrido em cumprimento de pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função por sentença transitada em julgado; e

V - decorrido em cumprimento de pena restritiva da liberdade, por sentença transitada em julgado, desde que não tenha sido concedida suspensão condicional da pena, quando, então, o tempo que exceder ao período da pena será computado para todos os efeitos, caso as condições estipuladas na sentença não o impeçam.” (Grifos acrescidos).

57. Conforme destacado acima, vê-se que a expressão “**anos de serviço**” é **mais genérica** que a “**tempo de efetivo serviço**”, mormente face ao disposto no **caput** do art. 121. Desta feita, se a tese levantada pelas Representações fosse vencedora, significaria admitir, por exemplo, que o “**tempo de serviço público federal, estadual ou municipal**” ou o “**tempo de serviço de atividade privada na forma da Lei nº 6.226**” **equivalem ao tempo de serviço policial militar** de que trata o inciso III do art. 32 da Lei nº 12.086/2009 (e, por conseguinte, o subitem 3.1.c do Edital em comento), o que seria **desarrazoado**, porquanto não reflete, claramente, a intenção almejada pelo legislador.

58. Entretanto, por lealdade processual, menciono a existência de r. decisão interlocutória proferida pela Exma. Juíza de Direito Substituta da 4ª Vara da Fazenda Pública do DF, no âmbito do Mandado de Segurança 0712560-14.2017.8.07.0018 (ainda pendente de julgamento de mérito), que entendeu de maneira diversa, ainda que em decisão precária, de modo distinto à tese acima destacada.

59. Nada obstante, entende o **Parquet** de Contas que diante da **cogência** da norma mais acima mencionada, deve prevalecer a **interpretação autêntica**, ou seja, do próprio diploma legal em detrimento de outras aventadas pelo seu intérprete.

60. Muito embora existam **conceitos vagos, fluidos ou indeterminados** no ordenamento jurídico, os quais podem conferir ao Administrador Público **certa margem de discricionariedade**, ainda assim deve o aplicador da norma buscar sempre a **interpretação mais consentânea com o interesse público específico**, finalidade de todo e qualquer ato administrativo.

61. **In casu**, contudo, não é o que se observa, pois **não se vislumbra a existência de discricionariedade** derivada dos dispositivos analisados diante da **expressa dicção da norma** no sentido de que o tempo de serviço na Polícia Militar é contado “*a partir da data de sua inclusão, matrícula em órgão de formação de policiais-militares ou nomeação para posto ou graduação na Polícia Militar*”.



MPCDF

Fl.
Proc.: 36594/17-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

62. Na presente fase processual, momento adequado para a análise de mérito das Representações, consoante demonstrado nos parágrafos anteriores, vê-se que **não merecem prosperar os argumentos apresentados**, mormente face à necessária **interpretação autêntica** da expressão “*anos de serviço policial militar*”, motivo pelo qual, **em consonância** com a Unidade Técnica, o **MPC/DF** sugere à c. **Corte** que considere as Representações improcedentes.

63. Ainda, nesta toada, conforme amplamente demonstrado no corpo deste Opinativo, a **cogência** derivada da norma disposta no art. 119, § 1º, da Lei nº 7.289/1984, determina o cômputo do “*tempo de serviço na polícia militar*” a partir do “*ato de inclusão em uma Organização Policial-Militar, a de matrícula em qualquer órgão de formação de Oficiais ou Praças ou a de apresentação para o serviço em caso de nomeação*” (grifos acrescidos), motivo pelo qual não poderia ser limitado à apresentação de “*declaração da Diretoria de Pessoal Militar comprovando o tempo de serviço na Corporação*” (subitem 10.2-c – grifos acrescidos), ou seja, apenas na PMDF.

64. Nesse sentido, cumpre **alertar** o IADES e a PMDF que quaisquer declarações ou documentos oficiais aptos a comprovar o tempo de serviço nessas condições, seja na PMDF, seja em outra Corporação Policial Militar, **devem ser admitidos para fins de cumprimento da exigência de que trata o subitem 3.1-c do Edital ora sub examine**.

65. Por derradeiro, esta Quarta Procuradoria considera **adequada e salutar** a sugestão feita pela Unidade Técnica, apesar de não ser objeto de qualquer Representação, no sentido de que **deverá a PMDF promover as retificações necessárias** no Edital nº 49/DGP – PMDF, para **fazer constar** que o requisito de possuir diploma de ensino superior deve ser **comprovado no momento da inclusão no QOPMA e QOPME**, nos termos do inciso II do art. 32 da Lei nº 12086/2009, **adotando as medidas necessárias** para garantir a aplicação do referido dispositivo.

66. Ante o exposto, o **Parquet** de Contas **coaduna parcialmente** com as conclusões alcançadas pela Unidade Técnica e **opina** ao c. **Plenário**:

I – tomar conhecimento:

a) do Ofício nº 5/2018-ML, Peça 91, como Representação, por cumprir todos os pressupostos de admissibilidade do art. 230, § 2º do RI/TCDF, **determinando** à PMDF e ao IADES que, cautelarmente, antes da homologação do resultado final do processo de seleção, **possibilitem o exercício** da ampla defesa e do contraditório ao candidato que foi alijado do certame **sem direito a recorrer do real fundamento de sua eliminação**;

b) da Representação relativa às Peças 136/137, comunicando ao **Parquet** que o conteúdo da peça por ele mencionada é tratado no Processo nº 40.788/2017;



MPCDF

Fl.
Proc.: 36594/17-e_____
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

II – não conhecer das Representações consubstanciadas nas Peça nºs 117, 120, 123 e 133, vez que não preenchem o pressuposto de admissibilidade previsto no inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF;

III – considerar improcedentes as Representações constantes das Peças 3, 52, 55, 62, 63 e 103, por insubsistência dos próprios fundamentos;

IV – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova as retificações necessárias no Edital nº 49/DGP – PMDF, de 18/8/2017, que trata do Processo Seletivo interno para o Ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos – CHOAEM, para fazer constar que o requisito de possuir diploma de ensino superior deve ser comprovado no momento da inclusão no QOPMA e QOPME, nos termos do inciso II do art. 32 da Lei nº 12.086/2009, adotando as medidas necessárias para garantir a aplicação do referido dispositivo;

V – alertar o IADES e a PMDF que quaisquer declarações ou documentos oficiais aptos a comprovar o tempo de serviço policial militar, na forma prevista no art. 119, § 1º, da 7.289/1984, **devem ser admitidos** para fins de cumprimento da exigência de que trata o subitem 3.1-c do Edital nº 49/DGP – PMDF, de 18/8/2017.

É o Parecer.

Brasília, 2 de abril de 2018.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador